

Superior Tribunal de Justiça

**AgInt no AGRADO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1573593 - SP
(2019/0262257-5)**

RELATORA : MINISTRA NANCY ANDRIGHI
AGRAVANTE : M D A R G
AGRAVANTE : D O D E S G
ADVOGADO : MARCOS AURELIO MONSORES DA SILVA E
OUTRO(S) - SP277287
AGRAVADO : E C G D O S S O
ADVOGADOS : ARACI CORRÊA LEITE MOREIRA - SP162504
ELOIN DE SOUZA MOREIRA - SP202810

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE. FUNDAMENTAÇÃO. AUSENTE. DEFICIENTE. SÚMULA 284/STF. IMPUGNAÇÃO. PATERNIDADE. PROTEÇÃO. DIREITO PERSONALÍSSIMO. ILEGITIMIDADE DE TERCEIROS. SÚMULA 568/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. PREJUDICADO.

1. A ausência de fundamentação ou a sua deficiência importa no não conhecimento do recurso quanto ao tema.
2. A jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça que é no sentido de que somente o pai registral possui legitimidade para impugnar a paternidade, não podendo tal ação ser ajuizada por terceiros, por se tratar da proteção de direito personalíssimo e indisponível. Súmula 568/STJ. Precedentes.
3. Em virtude do exame do mérito, por meio do qual foi desacolhida a tese sustentada pelos agravantes, fica prejudicada a análise da divergência jurisprudencial
4. Agravo interno desprovido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Terceira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, negar provimento ao recurso, nos termos do voto da Sra. Ministra Relatora.

Os Srs. Ministros Paulo de Tarso Sanseverino, Ricardo Villas Bôas Cueva, Marco Aurélio Bellizze e Moura Ribeiro votaram com a Sra. Ministra Relatora. Presidiu o julgamento o Sr. Ministro Moura Ribeiro.

Brasília, 23 de março de 2020 (Data do Julgamento)

Ministra Nancy Andrichi
Relatora